

GOVERNO

Depois de deputados promulgarem aumento de 14% para servidores da segurança e saúde e de 33,24% para educação, governo recorre ao Supremo para manter a correção de 10,06%

Zema vai ao STF para barrar reajuste maior

Contra os aumentos salariais diferenciados, governador alega na Justiça que medida com aval da Assembleia Legislativa é inconstitucional

MATHEUS MURATORI

O governo de Minas recorreu ao Supremo Tribunal Federal (STF) para tentar inviabilizar um reajuste salarial ampliado ao funcionalismo público de Minas Gerais. Em ofício enviado à corte, o Executivo mineiro ingressou com uma ação direta de inconstitucionalidade (ADI) com pedido de medida cautelar para barrar o pagamento do índice adicional de 14% para a segurança pública e a saúde e de 33,24% para a educação.

A Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) promulgou na segunda-feira o reajuste ampliado, após o governo de Minas perder o prazo de 48 horas - a partir da terça-feira da semana passada - para promulgar a lei. O governador de Minas, Romeu Zema (Novo), é contrário a esta recomposição, concedida após emendas parlamentares.

O projeto original do governo, enviado à Assembleia em 11 de março, propunha um reajuste geral ao funcionalismo de 10,06%, retroativo a janeiro de 2022, para servidores da educação, segurança e saúde, além de aumento no auxílio-vestimenta aos militares. Contudo, a partir

do segundo turno de votação, o projeto foi emendado com os índices adicionais e aprovado pelo Legislativo em 30 de março.

"Não obstante, ainda durante a tramitação do projeto em 2º turno na Assembleia Legislativa, emendas parlamentares promoveram a inclusão dos artigos 10 e 11 ao projeto de lei, fixando aumentos para determinadas carreiras sem a indicação da cobertura orçamentária e financeira para fazer frente aos novos dispêndios", diz o governo em trecho do ofício enviado ao STF.

Tais dispositivos geraram aumento de despesas, mas não vieram acompanhados das indispensáveis fontes orçamentárias para fazer face a esses novos dispêndios. Lado outro, as inovações legislativas concernentes ao auxílio social e anistia a servidores revelam ingerência em projeto de iniciativa privativa do governador do estado, pois dizem respeito ao regime jurídico dos servidores do Executivo e não guardam pertinência com a proposta inicial", também argumenta o Executivo na peça.

Zema aprovou o projeto original e vetou as emendas em 4 de abril, dando início a um novo momento: a análise do veto do

LEANDRO LOURENÇO/DA PRESS - 11/3/22



governador mineiro por parte do Legislativo. Após a tramitação, a rejeição à ação do Executivo por parte dos deputados estaduais aconteceu na última terça-feira.

Na ação impetrada no Supremo, o governo afirma ainda que "não obstante a farta argumentação lançada nas razões do veto, com referência expressa a precedentes deste egrégio Supremo

Tribunal Federal, a Assembleia Legislativa houve por bem derrubar o veto, em votação ocorrida no Plenário em 12/4/2022, não restando alternativa a não ser a propositura da presente ação direta, para fazer valer as normas constitucionais reguladoras do processo legislativo, cuja observância é obrigatória a nível nacional".

Assinam o ofício endereçado

ao STF o governador de Minas, Romeu Zema; Sérgio Pessoa de Paula Castro, advogado-geral do estado de Minas Gerais; Margarida Maria Pedersoli, advogada-geral adjunta do estado de Minas Gerais; Ana Paula Muggler Roldarte, advogada-geral adjunta do estado de Minas Gerais; Renata Couto Silva de Faria, procuradora-chefe da Procuradoria de De-

mandas Estratégicas; e Valmir Peixoto Costa, procurador do estado de Minas Gerais.

Até a decisão do STF, o governo de Minas não deve efetuar o reajuste ampliado. Enquanto isso, a expectativa é que a recomposição de 10,06% proposta a todo o funcionalismo no projeto original comece a ser paga em maio de 2022.

EDSON FERRERA/DA PRESS - 19/2/20



Líder do governo na Assembleia, Gustavo Valadares (PMN) diz que "deputados que estão com o governo vão continuar"

Sem bloco na ALMG, mas apoio é mantido

GUILHERME PEIXOTO

A Assembleia Legislativa encerrou, ontem, as atividades do bloco parlamentar ligado ao governo de Romeu Zema (Novo). A maior parte dos deputados estaduais governistas compunham a coalizão, extinta por causa da saída de Neillando Pimenta do Podemos rumo ao PSB. A transferência deixou o grupo com 15 componentes - um a menos do que o necessário para a formação de um bloco no Parlamento mineiro. Neillando já havia deixado o Podemos e ingressado nos quadros pessebeistas, mas o ofício que informa a mudança aos colegas de Assembleia foi lido na reunião de plenário de ontem.

Em que pese o fim da coalizão, a base aliada a Zema não vai sofrer perdas concretas. Isso porque, mesmo sem que forme um bloco, o Palácio Tiradentes, além do Novo, seguirá tendo o apoio de partidos como PP, Podemos, Avante, PSC e PMN. As legendas terão, agora, a prerrogativa de atuar como bancada individuais.

"Os deputados que estão com o governo, vão continuar com o governo", disse, ao Estado de Minas, o líder do governo na Assembleia, Gustavo Valadares (PMN).

"O fim do bloco) não muda nada na relação do Governo com os deputados", emendou. O governo estadual tem aliados mesmo fora da base "oficial". É o caso do Partido Liberal (PL), legenda que, formalmente, integra a oposição,

mas na prática, tem deputados que votam com Zema e endossam ações da gestão. Um dos parceiros informais do governo na agremiação liberal é Léo Portela.

Gustavo Valadares afirmou que espera uma reunião do Colégio de Líderes da Assembleia, com a participação do presidente Agostinho Patrus (PSD), para repercutir as mudanças partidárias ocorridas durante a janela encerrada no fim de março.

O período de trocas alterou a filiação de 26 dos 77 deputados mineiros. O bloco governista na Assembleia levava o nome de Luiz Humberto Carneiro, deputado estadual do PSDB que morreu no ano passado, em virtude da COVID-19. O tucano foi o primeiro líder de Zema no Legislativo.

OPosição cresce a reboque do PL

Neste momento, a Assembleia passa a ter, em termos oficiais, dois blocos parlamentares. O maior deles é o grupo de deputados independentes à gestão de Zema, com 36 integrantes, divididos entre PSD, MDB, Cidadania, Patriota, PDI, PTB, Republicanos, PV e União Brasil.

A oposição, por sua vez, é liderada pelo PT. O ajustamento conta ainda com PSB, Pros, PCDoB, Rede e PL. A chegada de políticos simpáticos ao presidente Jair Bolsonaro à agremiação liberal, aliás, fez crescer substancialmente o grupo de oposição. Agora, o cordão tem 23 deputados.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Estado de Minas - Belo Horizonte/MG

Seção: Política Pagina: 4